

## EM DESTAQUE

### **SEFAZ-SP divulga taxa de juros de mora aplicável, em Setembro/2013, aos débitos vencidos de ICMS** (Comunicado DA nº 46/2013).

O Comunicado da Diretoria da Arrecadação (DA) determina que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/09/2013 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,90% ao mês. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13/08/2013.

## ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### **Montadoras instaladas no SUDAM e SUDENE ficam autorizadas a requerer o REINTEGRA** (Decreto 8.073/2013)

As montadoras e os empreendimentos industriais instalados na área de atuação da SUDAM e SUDENE, bem como aqueles localizados na região Centro-Oeste (exceto Distrito Federal) ficam autorizadas a requerer o REINTEGRA.

Saiba mais...

### **Estabelecida base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas** (Portaria CAT 81/2013)

A Portaria determina a base de cálculo para retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de pilhas e baterias novas no período de 01-09-2013 a 31-05-2015 referente ao artigo 313-R do Regulamento ICMS. Saiba mais...

### **Fixados os valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gados e carnes** (Portaria CAT 86/2013)

A Portaria fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS incidente sobre operações efetuadas com gado e carne. Saiba mais...

### **Governo Federal incentiva Recuperação Florestal** (Lei 12.854/2013)

Ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas em posse de agricultores familiares assentados, de quilombolas e de indígenas. Saiba mais...

### **Esclarecimento do uso dos benefícios fiscais da lei da informática** (Decreto 8.072/2013)

O Decreto esclarece sobre o reconhecimento do direito à fruição da isenção ou da redução do IPI. Saiba mais...

### **Novos produtos são incluídos no regime de substituição tributária do ICMS**

(Decreto 59.486/2013)

Além de corrigir o código NCM dos aparelhos elétricos para filtrar ou depurar água, o decreto inclui produtos no regime de substituição tributária.

Saiba mais...

### **Regras acerca da EFD-Contribuição para o PIS/PASEP são estabelecidas**

(Instrução Normativa RFB nº 1.387/2013)

A Instrução estabelece as novas regras acerca da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita.

Saiba mais...

### **Aumento do prazo para atualização dos dados e requerimento da substituição da Licença**

(Instrução Normativa MPA nº 12/2013).

A alteração do artigo 2º da Instrução aumenta para 60 dias o prazo para atualização dos dados e requerimento da substituição da Licença.

Saiba mais...

### **Resolução cria Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais** (Resolução ANA nº 903/2013).

A Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais (RQNA) na esfera do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais e tem como objetivo analisar a tendência de evolução da qualidade das águas superficiais Saiba mais...

### **Aprovada versão 2012 do PROPEE**

**Edição nº 9 – Ano V – Setembro/2013****(Resolução ANEEL 556/2013).**

A Resolução aprova o Procedimento do programa de Eficiência Energética – PROPEE, que está disponível no site da ANEEL. [Saiba mais...](#)

**Instituído o Estatuto da Juventude****(Lei 12.852/2013)**

A Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE.

[Saiba mais...](#)**Regulamentação dos procedimentos técnicos e administrativos para a emissão da Autorização Ambiental (Instrução Normativa IBAMA nº 16/2013).**

A instrução regulamenta os procedimentos técnicos e administrativos para a emissão da

Autorização Ambiental para realizações de Operações *Ship-to-Ship* em águas jurisdicionais brasileiras. Publicada no dia 28 de agosto de 2013.

[Saiba mais...](#)**Lei define Organização Criminosa e dispõe sobre Investigação Criminal (Lei 12.850/2013)**

A lei conceitua Organização Criminosa e versa sobre investigação criminal, meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e procedimento criminal. [Saiba mais...](#)

**Resolução dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL (Resolução RDC nº 42/2013)**

A Resolução aprova o Regulamento Técnico a respeito dos Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos. [Saiba mais...](#)

## NOTÍCIA

**INPI publica resolução para facilitar obtenção de alto renome**

O INPI publicou no dia 20 de agosto a Resolução 107/2013, que facilita o processo para obter o reconhecimento do alto renome de uma marca. A partir de agora, o pedido poderá ser feito de maneira autônoma ao Instituto, não havendo mais necessidade de estar vinculada a alguma oposição ou nulidade administrativa.

Caso seja reconhecido pelo INPI, a anotação do alto renome valerá por 10 anos e não mais por cinco anos. Para aqueles que ainda aguardam o exame de pedidos de reconhecimento do alto renome, haverá regras para adaptação ao novo modelo.

A Diretoria de Marcas lançará em breve um conjunto de perguntas e respostas a fim de elucidar as principais mudanças que a nova Resolução traz. Vale ressaltar que o normativo entrará em vigor assim que o serviço correspondente for fixado na Tabela de Retribuições do INPI.

Fonte: INPI - 20.08.2013

## ARTIGO

**O Conselho de Gestão Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000**

Previsto no art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, o Conselho de Gestão Fiscal nas três esferas de governo não foi implementado até o momento, passada mais de uma década da entrada em vigor da lei que determina sua instituição. [Leia mais...](#)

Leandro de Paula Souza – Advogado – DEJUR/FIESP

## JURISPRUDÊNCIA

**A não incidência do ICMS sobre mercadorias dadas em bonificação**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ reconheceu a não incidência do ICMS sobre operações de saída de mercadorias dadas a título de bonificação, sendo possível o crédito ao contribuinte dos valores que recolheu a este título. [Leia mais...](#)

## EVENTOS

**GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO CONCORRENCIAL DA FIESP/CIESP** realizará sua **reunião** no próximo dia **12 de Setembro** sobre o tema **“Análise do Controle dos Atos de Concentrações à luz na Nova Lei”**, no Edifício-Sede desta Federação, na Av. Paulista, 1313 – **11º andar**, com início às **10h**, que contará com a presença da **Dra. Ana de Oliveira Frazão** e o **Dr. Eduardo Pontual Ribeiro**, Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. **Para se inscrever, [clique aqui.](#) Participe!**

**GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO EMPRESARIAL DA FIESP/CIESP** realizará sua **Mesa de Debates** no próximo dia **16 de setembro** sobre o tema **“A Lei de Licitações e a Competição Empresarial”**, no Edifício-Sede desta Federação, na Av. Paulista, 1313 – **10º andar (Auditório)**, com início às **14h**, contando com a participação do **Profº. Dr. Carlos Ari Sunfeld** (Professor Fundador da Escola de Direito da FGV/SP. Professor Doutor da PUC/SP. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP) e do **Profº. Dr. Adilson Abreu Dallari** (Professor de Direito Administrativo na Faculdade de Economia e Administração da PUC/SP. Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da PUC/SP. Professor de Direito Urbanístico e Ambiental dos cursos de pós-graduação da PUC/SP. Advogado e Consultor Jurídico do escritório Dallari Associados Advocacia. Ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Ex-Secretário Municipal da Administração da Prefeitura de São Paulo. Ex-Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM "Fundação Prefeito Faria Lima"). **Para se inscrever, [clique aqui.](#) Participe!**

**GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA FIESP/CIESP** realizará sua **Mesa de Debates** no próximo dia **26 de Setembro** sobre o tema **“Temas polêmicos das Contribuições Previdenciárias a luz do CARF - PRL, Desconsideração da Pessoa Jurídica e caracterização da relação de emprego”**, no Edifício-Sede desta Federação, na Av. Paulista, 1313 – que contará com a presença da **Dr. Elias Sampaio Freire** e **Dr. Rycardo Henrique de Oliveira**. **As inscrições poderão ser feitas pelo site [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br) Participe!**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP/CIESP** realizará um **Seminário** no próximo dia **26 de Setembro** sobre o tema **“Burocracia Tributária: A Busca Pela Simplificação”**, no Edifício-Sede desta Federação, na Av. Paulista, 1313 – **15º andar (espaço nobre)**, com início às **8h**. **As inscrições poderão ser feitas pelo site [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br) Participe!**

### EQUIPE TÉCNICA

Diretor Titular do Departamento Jurídico da FIESP e CIESP: Helcio Honda | Gerente DEJUR FIESP: Alexandre Ramos. Coordenadora: Ana Carolina Camargo Herrera | Gerente DEJUR CIESP: Rogério Domene. Advogada: Elaine Karine Gomes de Souza | Edição: Graziela Guerra.

Colaboraram com esta edição: Leandro de Paula Souza, Ana Cristina Fischer, Adriana Roder, Camila Selek Castanheira, Cristiane A. M. Barbuglio, Fabio Semeraro Jordy, Marcos Guilherme Pereira Fagundes, Natanael Rodrigues Cid. Comentários e sugestões: E-mail: [cdejur@fiesp.org.br](mailto:cdejur@fiesp.org.br) Acesse o nosso link “jurídico” no site da FIESP e confira a análise completa acerca de diversos temas, além dos materiais das últimas reuniões dos Grupos de Estudos, bem como as Cartilhas de Direito Concorrencial e SPED atualizadas. *Conexão Jurídica* é uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), de caráter meramente informativo. Sua eventual adoção para casos concretos exigirá o exame dos fatos e aspectos circunstanciais próprios de cada situação, devendo-se levar em conta que outros posicionamentos podem existir sobre a matéria.